

CORRESPONDÊNCIA LUSO-BRASILEIRA

Estudo, organização e notas
de
ANTÓNIO MANUEL MONTEIRO CARDOSO
e
ANTÓNIO D'OLIVEIRA PINTO DA FRANÇA

II

CARTAS BAIANAS
O LIBERALISMO E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
(1821-1823)

APONTAMENTO SENTIMENTAL SOBRE OS TEXTOS

À memória do meu Pai e do meu irmão Bento,
que comigo partilharam esta aventura pelo passado

Há muitos anos, desde que estas cartas vieram parar às minhas mãos, tinha eu 20 anos, que imaginava trabalhá-las e publicá-las, um dia. Neste período que se seguiu à independência das antigas colónias portuguesas em África, a sua publicação revestiu-se de particular oportunidade, oferecendo temas de comparação e de meditação. Com efeito, está constantemente presente nesta correspondência a angústia da opção entre o Brasil e Portugal, por parte dos membros duma família apanhada por um temporal histórico que ia determinar fundas modificações no curso dos dois países e nas suas próprias vidas. Essas páginas estão carregadas das dúvidas, da lucidez, dos medos, do sofrimento e da coragem com que seguiam e se envolviam, dia a dia, nos acontecimentos que se desencadeavam em torno de si. Constituem o testemunho da participação de uma família variada na gestação da independência brasileira.

Não é minha intenção escrever um prefácio a este conjunto de cartas com a preocupação de fazer uma rigorosa inserção delas no período histórico da independência da Bahia, a que dizem respeito. É evidente que isso compete a um estudioso desse período. Pretendo localizá-las «romanticamente» no espaço, dar-lhes uma terceira dimensão. Recorro a esta expressão no sentido duma certa permissividade de sentimentos da minha parte ao manejá-las e interpretá-las. Não me fiquei severamente nos factos, deixei que a minha imaginação trabalhasse sobre eles, tanto

quanto esses factos o permitiam. Entendi ainda que, do ponto de vista «romântico», a narração dos acontecimentos que rodearam o meu trabalho — curiosamente começado no Rio e terminado em Bissau — e as linhas de sangue e sentimentos que entrelaçaram esses acontecimentos dariam às cartas um novo sabor, essa terceira dimensão, o fascínio do encadeamento da vida e das pessoas, a misteriosa profundidade histórica de cada homem, sempre nele presente. Também ousou fazer apreciações sobre o carácter de cada um dos personagens que participam na correspondência ora publicada, para além do que escrevem, na base da intimidade e da afinidade que histórias ouvidas por tantos anos acabaram por criar entre mim e essas figuras, que se situam quase dois séculos atrás.

Esta colecção de cartas caracteriza-se por uma unidade que lhe vem de duas condições. Por um lado, todas elas, duma maneira ou doutra, estão ligadas ao problema da independência do Brasil, tal como vivido em Salvador. Por outro, são praticamente todas endereçadas, por familiares seus, a Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França, que nesses anos foi deputado pela Bahia às Constituintes. Baiano de nascimento, jurista, bom poeta, militar, herói das campanhas napoleónicas, e também político e diplomata, que morreu marechal-de-campo do Exército Português. Uma personalidade de grande vigor, com todos os atributos da geração que em Portugal marcou a introdução do romantismo. A sua vida, os seus afectos e sobretudo a sua morte enquadram-se na gesta do herói romântico.

*

Há quatro gerações, desde o regresso a Portugal, que circulam na família saudades e mitos da Bahia quente, sensual e misteriosa. D. Antónia, D. Sebastiana de São Francisco, D. Maria de Jesus¹, linha matriarcal de enérgicas senhoras de engenho, que, no Recôncavo, nascem, amam,

¹ D. Maria Francisca de Jesus Ferreira d'Eça nasceu em Jacuípe, Santo Amaro da Purificação, em 20 de Abril de 1745, casou em 8 de Fevereiro de 1762 com o capitão Bento José de Oliveira e morreu em Agosto de 1777. D. Sebastiana, filha de Ambrósio Francisco de Pinho, natural de Portugal, mas sobrinho do fundador do Engenho da Transfiguração de Jacuípe, e de D. Sebastiana Ferreira de São Francisco, nasceu em Santo Amaro e morreu em São Pedro do Rio Fundo, em 7 de Maio de 1755. D. Antónia, filha do sargento-mor André Ferreira d'Eça, natural de Portugal, e de D. Antónia Pereira, nasceu em Santo Amaro e morreu em São Pedro do Rio Fundo, em 13 de Outubro de 1736.

ou pelo menos casam e procriam sucessivamente, desde os princípios do século xvii, com homens vindos de Portugal em busca de glória, poder e fortuna. Delas saem, nos fins do século xviii, duas gerações de Pintos da França baianos com um pé lá e outro no Norte de Portugal.

Vão e vêm sempre em relação com as figuras literárias, políticas e militares da sua época: períodos de vida no remanso de quietas e bucólicas quintas, no ambiente conservador de Penafiel, nos círculos intelectuais e pré-revolucionários das academias coimbrãs, no labutar pacato-burguês do comércio do Porto, em destemidas acções na catástrofe napoleónica, logo alternadas por vida mundana na corte do Rio, longas experiências agrícolas no Engenho tropical de Aramaré² ou envolvimentos políticos em Salvador. Fermenta ali a independência, extremam-se os campos, e os Pintos da França, por educação e temperamento, homens de centro, seguem e analisam os acontecimentos com uma objectividade dolorosa, conscientes dos excessos dos radicais, que não lhes perdoam a clareza e a serenidade. São anos de angústia, que, na incerteza, vão empurrando os homens para uma hora de escolha difícil: Portugal? Brasil? Soa a hora e a família separa-se, cada um na sua opção. O meu trisavô regressa definitivamente a Portugal, embora os laços se mantenham entre todos estreitos, íntimos e afectivos. Um pouco em paralelo às próprias relações entre Portugal e o Brasil. Mas os países têm memória, como existência, mais longa que as famílias, e nós em Portugal vamos perdendo contacto com os parentes e o mundo baiano; rareia a correspondência, partilham-se, desfazem-se os bens da casa, bens materiais que ajudam o homem a manter fictícias uniões. Subsistem contactos, cada vez mais esparsos, de geração em geração. Permanecem, por fim, histórias, anedotas, documentos, nomes, dados hirtos e secos em livros genealógicos ou em biografias que, muito embora, ajudam a manter a magia antiga dos tempos baianos.

Na geração do meu avô, passou por Lisboa o baiano Salvador da França, como seu primo direito do mesmo nome, boémio, versão tropical do toureiro borda-d'água lisboeta, charme de fim de raça, como ele arrancado à vida em pleno garbo pela tuberculose, fim romântico conveniente ao galã da belle époque. O seu charme marcou as irmãs do meu avô, que, lembro-me, dele contavam a graça da pronúncia e de como ele sempre as chamava «ó prima, ó prima». Depois o silêncio, até 1955.

² «Aramaré» parece ser uma palavra de origem tupi e designará um pequeno peixe fluvial.

O meu pai, tios e eu próprio começámos então a receber cartas de parentes genealogistas de Salvador, nos termos imprecisos em que muitos brasileiros falam do passado, mas, seguramente, pedindo elementos para se reencontrarem. Correspondência rala, mas que cerrou laços e tornou um pouco mais reais esses nebulosos primos do Brasil, que das brumas surgiram, ainda imprecisos, na multidão gerada pelos 17 filhos do tio Henrique, irmão do meu bisavô.

No ano agitado de 1974, chega-me de surpresa o convite para assumir o cargo de cônsul geral no Rio. Foi o alvoroço de restabelecer os laços, de ser o primeiro a regressar a essa raiz tropical, após cento e cinquenta anos só de recordações! Para mim, era a grande aventura de identificar «pessoas-nomes», ligadas a nós por um fio de sangue e tradição, definir caracteres, arrancar o véu àquelas denominações saborosas de terras longínquas, perdidas no continente, pisar o Engenho, redescobrir locais e sentimentos. E lá parto munido de listas com os nomes de parentes, sem endereço nem cidade, e de umas sessenta cartas de família escritas na Bahia, entre fins de 1821 e 1823, que ainda ninguém trabalhara.

Em Agosto de 1974, poucos dias após o desembarque, instalado provisoriamente nos faustos fastidiosos de São Clemente³, localizo o Ernâni da França Torres. Conhecia vagamente a ligação, fez-me festa calorosa e carioca. «Nós somos muitos, a maior parte na Bahia, já primos segundos, seremos poucos aqui no Rio, talvez uns 15. Vou fazer contactos, e lá estaremos na próxima quarta-feira à noite.» Na véspera comunica-me que, iniciados os contactos, chegara à conclusão que errara nas contas: «Não somos 15, somos 80!»

Compareceram em massa. Que engraçado ver entrar pelas largas portas de São Clemente esses desconhecidos familiares, um tanto intimidados, solenes, que aos poucos se descontraíam. Alguns não se viam havia anos, outros nem se conheciam, e eram os mais velhos que, presurosos, acudiam: «Já viu meu neto? Está na Escola Naval» ou «Esse aí é meu genro!»

Sentei-os, mais tarde, em torno da grande mesa de São Clemente, para lhes explicar as origens comuns, essa misteriosa realidade imóvel no passado que nos unia na diversidade divertida, irónica, de nossos

³ Imenso palácio construído no Rio para residência dos embaixadores de Portugal, erro inexplicável, pois estava já então decidida a mudança da capital para Brasília.

destinos actuais. Passei-lhes alguns papéis com dados esquemáticos e falei-lhes do fascínio da instituição Família, lato sensu, passado-presente-futuro, que, mais do que forma de orgulho vão, é marca, mesmo que inconsciente, e cujo desvendar é uma das chaves descodificadoras daquilo que somos mental ou fisicamente. Disse-lhes pensar que esse fascínio vem da vocação e gosto de todo o homem para se eternizar, essa sede de vencer a morte na doce e confortável ilusão que nomes, família, países, civilizações perduram para sempre. Embora conduza a uma ficção, a força por detrás do fenómeno é respeitável, por ser a mesma que nos leva ao conceito de unidade da raça humana, desde os primórdios, e, sobretudo, a ideia de Deus.

Na euforia do fim da noite chegou o Sr. Seixas, fotógrafo fiel da colónia, com a sua cabeleira de maestro, duma anafada loucura artística, óculos na ponta do nariz, que, encarrapitado num escadote bem afastado, já em pleno jardim, para dar ângulo à lente, fixou para a posteridade o grupo de aparato e circunstância laboriosamente arrumado no pórtico do Palácio. Diverte-me observá-los um por um, descobrir aqui e ali curiosas semelhanças de família. No Brasil, como em todos os países novos, o fenómeno social evolui rápido e livre. Raça, personalidade, sensibilidade, requinte e até cultura afirmam-se e esvaem-se, efémeros, numa geração, como vagas do oceano nas praias. Paradoxalmente, parecem-me preocupados com a «pureza de sangue»; foi de reprovação e desgosto o tom em que negaram, terminantemente, ter havido qualquer miscigenação «sacrílega» nas cálidas noites baianas que os fecundaram. De facto, uma certa cor pálida comprova a veracidade dessa dramática falta de imaginação. A minha ingénua pergunta reflectia o íntimo desejo de saber se teria entrado na família a herança africana ou índia de doçura, naturalidade e alegria de viver. Conhecendo o carioca, não esperava os olhares escandalizados com que me fulminaram estes filhos de Salvador.

Ao revê-los na fotografia, e por ela os relembro um por um, será que imagino ou romanceio, descobrindo aqui e ali feições familiares ou detectando, na maioria, esse mesmo sentido de amizade de sangue e unidade familiar, a mesma simpatia calorosa no contacto com os outros que vivi sempre entre os meus? Na sua quase totalidade são figuras humanas de que me sinto próximo, chegadas do passado para um rendez-vous surpresa, que o cumprimento de deveres conjugais do avô Fonte Nova, lá pelos idos de 1830, colocou no meu destino.

Esbatidos os ecos desse encontro, ficou na minha mesa de trabalho o dossier das cartas baianas. Durante meses, folheei-as ao sabor da fantasia. Era fácil ler a nota que um antepassado intermediário, carinhoso e

*mais expedito, lhes acrescentara em floreada caligrafia de fins do século: «Cartas de Família, muito interessantes, por dizerem respeito aos acontecimentos que precederam a independência do Brasil.»*⁴

Contudo, a caligrafia dos restantes personagens desse diálogo epistolar permanecia insondável, à parte algumas frases mais evidentes. Quantos segredos, quantos dramas, amor e sofrimentos não se escondiam nelas? Saboreei a expectativa de as desbravar e comecei a trabalhá-las, muito devagarinho. Aos poucos, foram-me absorvendo, embebi-me nelas até já não ser necessário fazer qualquer esforço para resistir ao apelo estonteante da «praia», que, cada manhã, entra de roldão pelas casas cariocas! Ao longo de um ano, familiarizei-me com as peculiaridades das caligrafias dos diversos personagens; à medida que as transcrevia, aqueles nomes que até agora eram, em alguns casos, etiquetas vazias em registos genealógicos ou, noutros, epígrafe de áridas biografias históricas ganharam conteúdo humano e dramática dimensão de angústias, afectos, qualidades ou vícios de personalidade. O carácter de cada uma foi ficando mais nítido, acontecimentos foram-se entrelaçando, até formar a malha dum quadro colorido e real de vida e sofrimento. Surgia a projecção do pensamento e da filosofia dum agitado período histórico, de seres humanos que se formaram entre fenómenos tão díspares como a Revolução Francesa e a subsequente intervenção napoleónica em Portugal e as tropicais e apaixonadas circunstâncias que rodearam a independência do Brasil. Profunda revolução de mentalidades, violento desafio que a todos envolveu e a cada um obrigou a dolorosas opções de consciência, que penetraram até à gama dos afectos familiares. Esses personagens tornaram-se tão vivos que, em certo momento, comecei a ter a sensação de que se haviam vindo sentar, em semicírculo, em torno da secretária da minha sala de trabalho.

*Maria-Bárbara-do-retrato-perdido, que, em 1829, cantando ao piano num engenho do Recôncavo, fez ao viajante italiano Patroni*⁵ «a mesma

⁴ O irmão mais velho do meu avô, Bento da França Pinto d'Oliveira, estaria a preparar um estudo sobre essa correspondência, trabalho que não se encontra. A colecção das cartas continuou guardada nos arquivos da família até o meu tio, Salvador d'Oliveira Pinto da França, me as ter oferecido em Coimbra, em 1954. Por decisão da família Pinto da França, as cartas, juntamente com o espólio de Luís Paulino, encontram-se no Arquivo Histórico Militar, em Lisboa (fundo 52, cx. 860-861).

⁵ *A Viagem de Patroni pelas Províncias Brasileiras do Ceará, Rio de São Francisco, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro nos Anos de 1829 e 1830*, editado em Lisboa em 1851.

impressão que Vénus fizera ao pai dos deuses quando as lácteas tetas lhe tremiam no concílio celeste, congregado para decidir da sorte dos lusitanos nos mares da Índia», *desenhava-se-me uma beleza rubeniana, opulenta, vigorosa. O estilo das suas cartas numerosas surpreende, antes de mais nada, pela cultura e pela facilidade e originalidade de expressão numa mulher nascida em Penafiel, na segunda metade do século XVIII e numa família da fidalguia rural, extracto social em que grassava a ignorância, sobretudo entre as mulheres. Também é verdade que foi nessa classe, da nobreza das províncias, entre a toga e a espada, que se recrutaram os «progressistas», permeados dos ideais pré-revolucionários, que constituíram os contingentes da liderança liberal. Maria Bárbara cita Camões, reproduz máximas latinas, mas reporta-se, constantemente, aos novos conceitos românticos de Pátria, Nação, Independência e Poder Constitucional. É impressionante a violência do seu amor pelo marido, como violentos são seus sentimentos em relação aos seus inimigos. Logo nas primeiras cartas se reflecte a sua impetuosidade em torno do caso Rosado. Cumula-o de injúrias: «infame, cobarde, o maior dos monstros» e proclama que quer «ver-lhe aquela maldita farda arrancada daquele indigno corpo», que tem ânimo de «beber-lhe o sangue».*

Contudo, como muitos temperamentos apaixonados, mostra-se generosa, capaz de perdoar. Ao longo da correspondência, Maria Bárbara refere-se com amargura à ingratidão, mesquinhez e espírito intrigante dos seus irmãos Feliciano e Henrique Garcez. Acusa-os de se aliarem aos «praistas»⁶ e de dizerem mal de Luís Paulino e do filho Luís, atitude que provoca a ira violenta de Maria Bárbara. Mas quando a crise se agudiza e Henrique se vê em apuros pela sua persistente acção contra o partido baiano, ela escreve para o Rio de Janeiro, em fins de 1823, e pede a Luís Paulino: «Diz ao Mano Henrique que por ora não venha [...], pois que os seus inimigos, que são os parentes de sua Mulher, trabalham surdamente. E, quando se quer insultar alguém, compram-se os negros para gritarem. Que deixe acalmar, pois eu tremo por ele. Bem que ele pouco me merece, mas sou sua irmã e a todos desejo venturas.» (Carta 55.) Não se sujeita à orientação dos filhos já homens nem lhes aceita os conselhos. Prefere enfrentar as dificuldades e decidir só, nos momentos mais difíceis, quer nas crises financeiras, quer nas políticas. Ciosa das suas prerrogativas, é ela quem determina na administração do Engenho, dos empréstimos a

⁶ Designava os comerciantes da cidade baixa, portugueses de origem, que se opunham ao movimento independentista.

*obter, das letras a lançar*⁷. *Contra a opinião de seu filho Bento, é ela que assume a responsabilidade de sair de Salvador e partir para o interior dominado pelos rebeldes, quando lhe parece perdida a causa portuguesa. A ter-se enganado isso teria acarretado retaliações políticas, incluindo o confisco de bens. A esse propósito, diz Bento, na carta de 27 de Agosto de 1822: «A Mãe saiu para fora da Cidade [...]. Não foi por minha vontade que ela foi, mas ela quis e assim o fez.» (Carta 40.)*

Curioso ressaltarem-se preocupações de carácter ecológico em Maria Bárbara, numa época em que tão pouca atenção se dava a problemas dessa ordem. Essas preocupações dão testemunho duma sensibilidade requintada. Com efeito, em 24 de Agosto de 1822, quando o general Madeira se preparava para resistir a um eventual ataque naval das forças de D. Pedro, Maria Bárbara relata assim as obras de defesa que alastravam na Cidade: «E todas as roças são reduzidas ao nada, não existe uma árvore, casas são demolidas [...]. A casa e roça de Landofer são destruídas [...] finalmente à Bahia uma só árvore não resta. Confesso-te que, a cada golpe de machado que eu via dar da minha janela, corriam dos meus olhos dilúvios de lágrimas. E que sucederia ao bom Silvestre, ao Folet, quando viu cair as duas grandes mangueiras que embelezavam a sua rocinha? Não tenho palavras e só te digo: se entrassem na Bahia canibais assanhados não fariam tantos danos.» (Carta 38.)

As saudades, o desespero, a intensa paixão pelo marido nunca se sobre põem ao seu sentido da responsabilidade e vemo-la resistir à tentação de tudo abandonar para regressar a Portugal e ali realizar o sonho, diversas vezes descrito, de se retirar com Luís Paulino à paz romântica duma quinta do Norte. É certamente este autodomínio que explica a paradoxal sensatez e a objectividade com que esta mulher tão apaixonada julga os acontecimentos políticos da sua época e a energia com que condena quer os radicais portugueses, quer os extremistas brasileiros. E ressalta das cartas que a distinção entre brasileiros e portugueses, ou «europeus», era já uma realidade antes da independência. Luís Paulino era brasileiro, porque nascido na Cachoeira, e ela portuguesa, porque de Penafiel.

A certa altura, Maria Bárbara resume numa só frase o estado de espírito que parece animar os autores das cartas e explicar o equilíbrio das suas posições: «Amo Portugal, gosto do Brasil e desejo o bem, pois não

⁷ A acção de Maria Bárbara à cabeça do Engenho, que se prolongaria por tantos anos após a morte do marido, parece corroborar e reforçar as teses de alguns escritores brasileiros sobre o papel da mulher na administração dos engenhos.

sou nem egoísta nem ambiciosa», escreve ela em 13 de Abril de 1822. (Carta 16.) E três dias mais tarde afirma com altivez: «Tu bem sabes que eu sou imparcial e, como tu, amo o que for de justiça.» (Carta 17.) Com notável clarividência observa em 12 de Maio seguinte: «Não se iludam aí: nada fazem com os brasileiros por força. Doçura e mais doçura, igualdade e mais igualdade.» (Carta 25.) E em Agosto conclui, com indignada veemência: «Os brasileiros não são enteados, são filhos.» (Carta 38.)

A mentalidade acima reflectida é, pode dizer-se, outra face da unidade das cartas. Uma unidade espiritual. Constitui, talvez, um dos lados mais interessantes destes documentos. Data do período apaixonado que se seguiu à independência uma certa atitude maniqueísta ainda hoje prevalecente entre alguns historiadores brasileiros. As personalidades da época são julgadas e arrumadas em dois blocos: pró-Brasil, ou anti-Brasil, bons e maus. Dos textos vivos e espontâneos destas cartas ressalta um mundo de nuances e uma gama de sentimentos que comprova a independência honesta e a pureza de intenções com que muitos procuraram soluções justas de compromisso, buscaram a conciliação. Nesta correspondência, os interlocutores de Luís Paulino funcionam como um espelho da sua concepção dos acontecimentos que, por certo, marcaram a sua acção nas Constituintes. Onde está o «traidor» à causa brasileira que a junta baiana fez sair de Salvador em 1823? Onde está o «intrigante» que, em Novembro de 1823, o governo brasileiro expulsa e, indirectamente, condena à morte no alto mar? Essa visão da figura de Luís Paulino repete-se depois no Brasil, de historiador em historiador, embora os trave a vida heróica do personagem, enaltecida pelos historiadores portugueses. Quantas outras figuras continuarão injustamente interpretadas, como na sombra permanecerá todo um grupo social que, como a gente que escreve estas cartas, se esforçou por encontrar uma paz e uma unidade justa entre Portugal e o Brasil, embora bem conscientes da progressiva degradação da situação provocada pela intolerância, incompreensão e excessos dum lado e doutro.

O grau de ligação com o Brasil marca o tom das diferentes posições familiares, que depois se traduziram na escolha do destino de cada um. Bento, o filho mais velho, nascido e criado em Portugal, aí retorna; seu irmão Luís, nascido também em Portugal, mas educado na Bahia, adopta o Brasil, como o fazem as suas irmãs, uma delas casada com um brasileiro da vanguarda da independência baiana. Mas todos guardam a lucidez e se recusam a deixar-se dominar por paixões ou fanatismos. Por isso, coincidem testemunhos que dão e julgamentos que emitem sobre os mesmos acontecimentos e até sobre as figuras políticas da época.

Bento e Luís, então com 26 e 22 anos, escrevem com o fogo da idade, num estilo menos cuidado, aquém dos primores da mãe ou do pai, vítimas que terão sido das convulsões sociais do seu tempo, que em muito cercearam as condições de educação da nova geração. Revelam-se bem diferentes um do outro. Bento, uma personalidade forte, corajoso, duma rectidão por vezes quase desumana, mostra-se frio e inteligente, um embrião do líder que viria a ser. Nota-se nele menos calor e fantasia que nos pais.

Luís acorda uma certa ternura pelo fulgor duma juventude só e angustiada. Não parece muito inteligente nem muito ambicioso, mas, inexplicavelmente, deixa-nos uma impressão de encanto sensual e secreto, vítima dum doce cativo tropical, que terá saboreado dengosa e persistentemente, nos longos períodos de isolamento no Engenho. Enraizado no Brasil, só por respeito ao pai adiou, quase até ao final, a sua adesão aos revoltosos, e é bem interessante acompanhar a evolução dos seus sentimentos através da correspondência.

Será curioso referir o que dele nos diz a condessa de Barral, trinta anos mais tarde. O imperador Pedro II preparava, em 1859, uma viagem à Bahia e pede à amiga dedicada, baiana de nascimento, que lhe forneça elementos sobre as personalidades que ele iria encontrar. Essas notas «secretas», aliás cheias de espírito, por vezes picantes, começam precisamente por uma alusão ao filho mais novo de Luís Paulino, então já avançado nos anos. Faz-lhe um retrato curto, mas duma severidade incisiva: «Sua Majestade o Imperador tem Guarda-Roupa efectivo, o Brigadeiro Luís da França Pinto Garcez, homem sem educação, um verdadeiro soldado, porém filho dum distinto Pai, Luís Paulino Pinto da França, Deputado às Cortes em Lisboa e homem muito de bem.» Claro que a expressão «sem educação» traduz aqui a ideia de «sem cultura», característica imperdoável para a Barral, que durante anos circulou nos meios intelectuais de Paris⁸.

O pensamento dos dois irmãos, a cada nova carta, avança em direcções opostas, como ondas causadas nas águas das suas vidas pela pedra violenta daqueles acontecimentos incontroláveis, que, aos poucos, os ultrapassam.

A única carta de Maria Sabina confirma a personalidade suave, dócil e vulnerável ao amor, que ressalta das referências da mãe. Viveria obcecada pela paixão por um marido que a ignorava, mas que a fascinaria na

⁸ *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890*, Condessa de Barral, editado pelo Arquivo Nacional do Rio de Janeiro em 1977.

sua truculência de macho. Viveria a apagar-se, pálida e mansa, resignada a ver a única filha morta ser substituída por bastardos mestiços que, mais tarde, cairiam avidamente sobre a herança.

Maria Francisca⁹, a filha temporã, tem só 7 anos, é a fixação da mãe e nela se terá fixado para morrer solteira, poucos anos depois dela. Mas também a indefinível Mimi deixa a sua marca nas cartas, numa curta frase à guisa de post scriptum, em caligrafia incipiente, a enviar beijos ao pai. É uma gota que se alastra pelo colorido da vida quotidiana, em meio à tempestade ameaçadora que envolvia a família. Ressurge do anonimato para se finar, talvez amarga, em 1859, aos 45 anos, deixando em testamento a seu sobrinho Salvador¹⁰, português distante, o Sobrado na cidade da Bahia, com seus móveis e escravos. Mas Salvador, talvez exausto pelas responsabilidades da pasta da Guerra em governo regenerador, morrerá, entretanto, e é seu irmão Bento¹¹ que obtém dos sobrinhos e enteados autorização para dissipar o último penhor baiano, dando, de Lisboa, instruções para a sua venda.

Outros interlocutores se somam a este núcleo central. Alguns dos muitos irmãos de Maria Bárbara também escrevem do Rio, de Penafiel ou do Porto. Tão diferentes uns dos outros! José, o amigo de sempre de Luís Paulino, é um espírito esclarecido e universal, o bravo da campanha da Rússia, vigoroso mas desiludido pela amargura das acusações de «afrancesado». Como ele liberal, mas no entusiasmo dos 20 anos, é Antão Garcez, futuro barão da Várzea do Douro, figura romântica empenhado de alma e coração na causa liberal. António Garcez, ouvidor e provedor de justiça no Rio, prudente, sem heroísmos nem fantasias, manifesta uma

⁹ Maria Francisca ficaria solteira. Parece adivinhar-se um vago romance nas referências que anos mais tarde lhe faz, em seu diário, António Ferrão Moniz, o intelectual baiano regressado de Paris, então nos seus 23 anos, e que Wanderley Pinho coloca na categoria dos «inadaptáveis». O original desse diário encontra-se na cx. 36 da coleção Wanderley Pinho, hoje no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, no Rio de Janeiro. Dele constam as seguintes passagens: 15 de Julho de 1835, «Lá estava a elegante Maria Francisca»; 30 de Agosto de 1835, «Toda a tarde estiveram D. Maria Bárbara e sua filha»; 26 de Setembro de 1835, «Jantou aqui D. Maria Francisca, e de noite dançámos e aqui estiveram o Viana e D. Maria Bárbara.» Maria Francisca teria nessa altura 18 anos.

¹⁰ Salvador de Oliveira Pinto da França, segundo filho do 1.º conde da Fonte Nova, que morreria em 1867.

¹¹ Bento da França Pinto de Oliveira, último filho do conde da Fonte Nova, que viria a ser governador de Timor.

mentalidade de pacato burguês de toga, cortesão e conformista. Dos irmãos Henrique e Feliciano existem cartas publicadas no 1.º volume desta obra (INCM, 2008), mas nenhuma figura na presente colecção. Por algumas referências que lhes faz Maria Bárbara se conclui que esta os considerava intriguistas, ingratos e gananciosos. Henrique Garcez, apesar da sua hostilidade inicial à independência, viria a optar pela causa brasileira, alcançando o posto de brigadeiro no Exército do Brasil. Quanto a Feliciano Garcez, tornaria a Penafiel, nele recaindo a representação da Casa dos Garcez, por morte de seu irmão José.

É assim variado o quadro da família Garcez... Só a sogra de Luís Paulino se não revela nas duas cartas impessoais que escreve de Penafiel para o genro, então em Lisboa, nas agitadas lides do Congresso Constituinte, na difícil e pouco retributiva posição de se opor a excessos, quer portugueses, quer brasileiros, e de não trair a fidelidade patriótica, que o ligava, faticamente, ao mesmo tempo a Portugal e ao Brasil, e que afinal o levaria à morte. Essas duas cartas de D. Maria Libória Máxima Guilhermina são apenas pequenos «exercícios», em estilo barroco, duma dama provinciana do século XVIII, que pouco ou nada nos dizem sobre a personagem nascida de uma família de origem humilde, que fizera fortuna recente no Brasil.

Muito mais reveladoras são as duas cartas de Salvador Pereira da Costa, baiano, filho de Minas Gerais, pai de Maria José, nora de Luís Paulino e futura condessa da Fonte Nova. Oportunista, caçador de favores, consegue, em poucas linhas, traçar o seu espírito aproveitador. E aproveitou tão bem que chegou a encarregado de negócios do Brasil em Lisboa. Uma das suas cartas e alguns comentários de Maria Bárbara deixam adivinhar o personagem¹².

Em Maio de 1822, encontra-se com sua mulher em Portugal, para onde a junta de governo da Bahia o mandara preso, por implicação na intentona de 3 de Novembro de 1821. Procura tirar partido da influência de Luís Paulino, lamuria-se, queixa-se de falta de dinheiro e insiste, não hesitando, videirinho, em intrigar por ganância, para que ele o consiga embarcar de graça numa corveta da Fazenda Nacional.

«V. Ex.^a, para beneficiar-me, o que deve fazer é dirigir-se amanhã a casa do Quintela, Ministro da Marinha, a pedir-lhe que lavre uma porta-

¹² Luís Paulino tivera com ele graves desentendimentos. Em 1819, Bento casara sem autorização paterna, às escondidas, e Luís Paulino afirmava, em cartas a seus cunhados, que tudo haviam sido manobras de Salvador Pereira da Costa, «à caça de honras e dinheiro». V. o 1.º volume desta obra (INCM, 2008).

ria para que o Comandante do *Regeneração* dê, ao Coronel Salvador de tal, um dos camarotes da câmara, que estão destinados aos oficiais subalternos que vão de passagem, inclusive um capitão de Pernambuco que vai encaixar-se na Legião, não sei para quê; até seria bom que o desembarcasse, para não ir preterir os oficiais de Cavalaria, que hão-de arder com este despacho, e assim tenho eu cómodo», *conclui com desfaçatez. (Carta 23.) De regresso a Salvador, Maria Bárbara acha-o muito obrigado a Luís Paulino. Prudentemente refugiado em casa do cônsul de Inglaterra, por nome Pennel, adere à causa brasileira. Luís Paulino já não lhe interessava agora, é mesmo uma ligação perigosa, e Maria Bárbara, a 24 de Agosto, mergulhada em desgosto e humilhação por ter visto que não admitiam seu marido em Salvador, escreve amargamente a Luís Paulino, que acabara de seguir para o Rio: «Da nossa pobre Sabina ainda não tive notícias. Seu marido não fez o favor de procurar-me, nem o Senhor Salvador. Santas gentes! Mas isto me não dá cuidado! Pobres ingratos, eu vos carpo!» (Carta 52.)*

Assim vivem, se agitam e se revelam estes interlocutores da poderosa figura de Luís Paulino, formando um leque de personagens da sua época que emergem dum maço de cartas milagrosamente preservado. Esse maço terá viajado com Luís Paulino de Lisboa à Bahia, da Bahia ao Rio e, em Fevereiro de 1824, sido abandonado com os seus papéis, quando do brigue Glória lançaram ao Atlântico o corpo que, horas antes, ainda quente de paixões, sentimentos e ideias, escrevera um comovedor e literariamente brilhante soneto de despedida a todos os que amara. Esse espólio terá sido entregue um mês mais tarde a seu filho Bento, que encontramos em Lisboa em Fevereiro de 1824. Terão as cartas vindo ainda uma vez à Bahia, antes de regressarem definitivamente a Portugal, passando alguns meses nas gavetas dos gabinetes do Estado-Maior liberal, na ilha Terceira, onde Bento participava nos preparativos do desembarque no Mindelo, ou terão ficado logo a repousar, esquecidas nos arquivos da família, algures, no Norte? Porque as conservaram, se não tiveram o mesmo cuidado com as respostas, certamente mais valiosas, de Luís Paulino? Natural seria que Maria Bárbara as tivesse guardado, religiosamente, no seu sobrado ao Campo de São Pedro, em Salvador, para consolo da sua longa viuvez de vinte e oito anos. Leu-as e releu-as tantas vezes que se desfizeram? Contudo, reflecte-se frequentes vezes, nesta correspondência, a preocupação de sigilo por parte de Maria Bárbara. A posição de Luís Paulino era delicada, receava que papéis, onde as opiniões do marido sobre os grandes problemas políticos do momento se revelavam com a franqueza que a intimidade familiar permite, caíssem nas mãos de seus inimigos. Face ao ambiente de intriga e suspeição que

se percebe reinava na Bahia, é também de admitir que Maria Bárbara tenha tomado a decisão, embora dolorosa, de acautelar o marido, destruindo a sua correspondência à medida que chegava de Lisboa. Também é possível que jazam esquecidas nalgum caixote por descuido dos parentes brasileiros, só virados para o futuro e, a partir de certa altura, obcecados por problemas de sobrevivência financeira, que não deixavam lugar a qualquer outra preocupação¹³.

Sob o ângulo histórico, o estudo das cartas implica aprofundado conhecimento da independência baiana. Para portugueses, e até para muitos brasileiros, as circunstâncias especiais que condicionaram a independência de cada região esbateram-se no fenómeno da independência global do Brasil, que se apresenta, no fundo, como uma transferência fraternal, sem solavancos ou choques violentos. Ora, na Bahia, a evolução não só foi particularmente complexa, como se processou através de trágicas e graves tensões entre os campos mais extremados. Um erro de Lisboa, no início da crise, colocou no governo militar da província o general Madeira, homem honesto, mas rígido e pouco inteligente, que, para sua desgraça, se deixou dominar e isolar por uma camarilha saída do partido «praista», ou seja, dos ricos comerciantes portugueses da cidade baixa, que viam os seus interesses ameaçados.

Oficial duro e determinado, Madeira mostrou-se inflexível, procurando até ao fim cumprir as ordens das Cortes, transmitidas em nome do rei, para se manter «até à última extremidade», recusando qualquer forma de apaziguamento ou conciliação. Apoiado em contingentes militares metropolitanos, solidamente entrincheirado na inexpugnável linha de fortificações de Salvador, foi aos poucos desarmando as tropas nativas, neutralizando a autoridade da junta, poder civil só em nome, e daí passou à mais severa repressão de toda e qualquer tendência para acompanhar a evolução que se processava no Rio e dali irradiava para todo o Brasil. Em 10 de Fevereiro de 1821, portugueses e brasileiros da Bahia

¹³ O Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, no Rio de Janeiro, guarda na cx. 553 — arquivo Henrique Garcez — 7 cartas de Luís Paulino dirigidas a seus cunhados Henrique e Feliciano Garcez ao longo do ano de 1818, inseridas no 1.º volume desta obra (INCM, 2008). Luís Paulino comandava, então, no Rio de Janeiro, o 1.º Regimento de Cavalaria do Exército do Brasil, mas tentava obter do rei autorização para se retirar para a Bahia e ali tomar a direcção do Engenho de Aramaré. Essas cartas tratam, justamente, desse projecto de empreendimento agrícola a que desejava associar os cunhados, então a residir em Salvador.

ÍNDICE

Apontamento sentimental sobre os textos, <i>por</i> ANTÓNIO D'OLIVEIRA PINTO DA FRANÇA	7
Introdução, <i>por</i> ANTÓNIO MANUEL MONTEIRO CARDOSO	33

CORRESPONDÊNCIA

1821-1823

Critérios de transcrição	49
Índice das cartas	51
AS CARTAS — 1. ^a parte	55
AS CARTAS — 2. ^a parte	151

Anexos

I. Documentos relativos à família	177
II. Documentos relativos à missão de Luís Paulino ao Brasil	183
III. Documentos relativos ao falecimento de Luís Paulino.....	199
IV. Árvores de costados de Luís Paulino e Maria Bárbara	202